

União Consensual e a Família no Século XIX - Minas Gerais, Brasil

DONALD RAMOS(*)

Resumo

O objetivo deste artigo é explorar, em vários níveis, questões relativas a domicílios chefiados por mulheres. Em primeiro lugar, descreve-se o domicílio chefiado por mulheres e, em seguida, compara-se, para uma dada comunidade, os domicílios chefiados por solteiras e aqueles encabeçados por mulheres casadas. Em segundo lugar, examina-se esta relação em um período substancial de tempo. Por fim, a mesma relação é examinada envolvendo várias comunidades. O foco geográfico deste estudo é Minas Gerais no século XIX.

Palavras-chave: família no século XIX, demografia histórica, história de Minas Gerais.

Abstract

The purpose of this study is to explore a series of issues relating to the female-headed household within a number of levels. First, to describe the female headed household and then to compare single female household heads and married women within one community. Second, to examine this relationship over a substantial period of chronological time. Finally, this relationship will be examined with a comparative context involving a number of communities. The geographic focus of this essay is Minas Gerais in nineteenth century.

Key words: family in nineteenth century, historical demography, history of Minas Gerais.

O autor pertence ao Departamento de História da Universidade Estadual de Cleveland.

(*) Trabalho preparado para o 14º Encontro Anual da Associação de História e Ciências Sociais.

Em 1725, o Conselho Português Ultramarino notou que *"E porque a maior parte dos moradores daquelas terras não tratam de casar-se pela soltura e liberdade com que nelas se vive, não sendo fácil a coação para que se apartem do concubinato das negras e das mulatas, e por esta escusa se vão maculando as famílias todas..."*⁽¹⁾. O Conselho estava preocupado com uma realidade social que envolvia novos estilos de vida no contexto de uma sociedade multirracial. Esses padrões de vida alternativos, considerados pelas autoridades portuguesas de modo pejorativo em 1725, continuaram a existir no século XIX.

Nos anos recentes, a história social da América Latina Colonial, a maior parte dela concentrada nesses padrões e em amplas questões, tais como o papel da família, tem sido rigorosamente examinada. À medida que o direcionamento de trabalho intensivo acabou se concentrando nessas questões, nosso conhecimento, obviamente, aprofundou-se e nossa percepção da realidade social passou de uma preocupação com homogeneidade para uma concepção de enorme diversidade. Esse reconhecimento de diversidade é evidente quando se examina o papel das mulheres na família. Estes estudos permitem uma apreciação das estratégias de sobrevivência usadas pelas mulheres para competir em igualdade de condições em um mundo dominado pelos homens em contextos políticos e sócio-econômicos. Os historiadores têm chamado a atenção para a existência de um grande número de domicílios chefiados por mulheres no Brasil-Colônia, e em alguns lugares na América Espanhola. O aparecimento desse grupo, composto tipicamente por mães solteiras, no caso do Brasil-Colônia, foi acrescentado à nossa visão de mundo no qual as mulheres eram tradicionalmente vistas como tendo somente a escolha entre o casamento - com um homem ou com a igreja - e o celibato.

Agora, começa a ficar mais claro que os papéis sociais das mulheres eram mais complexos do que se pensava anteriormente. Porém, as estratégias utilizadas pelas mulheres para lidar com uma sociedade patriarcal eram empregadas dentro de um ou mais contextos econômicos específicos. O objetivo desse trabalho é explorar uma série de questões relativas aos domicílios chefiados por mulheres dentro de vários níveis. Primeiramente, descrever o domicílio chefiado por mulheres e, depois, comparar as chefes de domicílio solteiras e as mulheres casadas dentro de uma comunidade. Em segundo lugar, examinar esse relacionamento dentro de um período de tempo substancial. Finalmente,

(1) (Opinião do Conselho Ultramarino, 25 de setembro de 1725, *apud* LIMA JUNIOR (1943, p. 149-150.)

esse relacionamento será examinado dentro de um contexto comparativo, envolvendo várias comunidades. Obviamente, intenta-se tornar mais claras as várias tendências de as mulheres chefiarem seus próprios domicílios como função de questões econômicas mais amplas. Além disso, ao invés de comparar os domicílios chefiados por homens *vis-à-vis* aqueles chefiados por mulheres, pretende-se isolar e examinar a situação de vida das mulheres. Para este propósito, dois componentes-chave da sociedade brasileira são analisados: domicílios chefiados por mulheres solteiras ⁽²⁾ e aqueles chefiados por mulheres casadas que moram com seus maridos. Por ser o enfoque deste trabalho a natureza do domicílio residencial, as famílias secundárias - aquelas de filhos do chefe do domicílio ou **agregados** ⁽³⁾ não estão incluídas.

O foco geográfico deste ensaio é Minas Gerais. O coração da mineração aurífera no Brasil-Colônia, Minas Gerais e sua capital, Vila Rica do Ouro Preto, tornaram-se o centro econômico do Brasil do século XVIII. Com o descobrimento do ouro em 1695, uma área, ainda não povoada por europeus, tornou-se subitamente o alvo da maior corrida ao ouro que, no seu auge, arrasou pessoas de outras áreas do Brasil e ameaçou despovoar Portugal. Os dias tranquilos de rápido crescimento desapareceram por volta da década de 1720. A partir de então, para garimpar os riachos, passou-se de uma situação em que era necessário um capital limitado para outra que exigia um investimento substancialmente maior. A trajetória da produção do ouro variou de região para região. Em Vila Rica, o estágio de produção alta estendeu-se até 1753. Após este ano, a produção de ouro começou a cair gradativamente, no início, e depois mais rapidamente. Por volta do final do século XVIII, a produção do ouro não era nada mais do que uma sombra apagada daquilo que havia sido no meio do século. Durante esta fase final, era a posição de Vila Rica - como centro financeiro, cultural e comercial de Minas Gerais - que assegurava sua grandeza ora enfraquecida. Desde sua fundação até o período estudado, Vila Rica esteve intimamente ligada à economia mundial através da exportação de ouro e importação de todos os tipos de bens finais, desde peles russas até manteiga holandesa. Ao longo do século XVIII, as necessidades básicas de subsistência de Vila Rica foram obtidas em várias comunidades sob seu controle político. Essas comunidades, das quais Cachoeira do Campo era a mais importante, localizavam-se em áreas onde o solo não era fértil e ouro era raro; por isso, acabaram especializando-se na produção agrícola para atender às necessidades locais e regionais.

(2) Portanto, ignora-se a experiência de viúvas e mulheres casadas vivendo sem a presença de seus cônjuges. Os dados preliminares sugerem que este grupo retratou, amplamente, a experiência de seus correspondentes casados, exceto pela idade.

(3) Agregados são pessoas livres que moram sob a autoridade do chefe do domicílio. Eles podem ser parentes do chefe, mas geralmente não o são.

Elas não exportavam qualquer parcela de sua produção, de modo que as unidades produtivas tendiam a ser relativamente pequenas e não dedicadas à produção monocultural. Ouro Branco, uma outra comunidade rural sob o controle de Vila Rica, também está incluída nesse estudo. Ouro Branco foi uma comunidade de mineração até por volta de 1831, mas a partir daquela época tornou-se essencialmente uma zona agrícola produtora de gêneros alimentares para o mercado local.

Quando a produção do ouro caiu, houve uma migração de pessoas à procura de melhores oportunidades econômicas. Muitas dessas pessoas dirigiram-se para o sul de Minas Gerais e acabaram envolvendo-se com a agricultura. Para fins de comparação, esse ensaio também examina duas comunidades situadas nesta área mais recentemente constituída, Capela Nova e Ribeirão de Alberto Dias, onde a agricultura era a atividade econômica mais importante. Também estão incluídas muitas outras grandes zonas agrícolas - São Gonçalo do Baco, Ribeirão Abaixo, Matozinhos, Barroso e Santa Rita - localizadas em zonas mais tradicionais.

Assim, essa amostra de comunidades inclui um grande número de povoados. Vila Rica representa uma comunidade urbana mais antiga, intimamente ligada à economia mundial. Cachoeira do Campo, Ouro Branco, Matozinhos, Santa Rita, Baco, Ribeirão Abaixo e Barroso eram comunidades rurais tradicionais, que produziam para um mercado local e, dessa forma, somente estavam ligadas indiretamente à economia mundial. Capela Nova e Ribeirão eram comunidades agrícolas recentemente rejuvenescidas, as quais produziam para um mercado mais amplo.

O domicílio chefiado por mulheres solteiras era um componente significativo da sociedade de Vila Rica. Isto é bem evidente no primeiro terço do século XIX, podendo também ser verdade para o século XVIII. Infelizmente, a evidência para este século é bastante circunstancial devido à ausência de recenseamento. Aquela afirmação baseia-se na evidência de que a taxa de ilegitimidade era extremamente alta ⁽⁴⁾ Essa taxa de ilegitimidade variou regularmente

(4) Deve-se notar que o termo 'ilegitimidade' não era aplicado a filhos nascidos fora do laço de casamento. Tais crianças eram sempre identificadas como **naturais**, isto é, crianças nascidas em estado de natureza. Teoricamente, tais crianças nasceram de pais a quem não havia qualquer impedimento para o casamento. Outras categorias de ilegitimidade incluíam crianças nascidas de relações incestuosas, casos adúlteros e relações 'pecaminosas' (SOUZA, 1965, p. 214). Na prática, nenhuma dessas distinções aparecem em qualquer dos registros paroquiais do século XVIII examinados.

entre um quarto e metade de todas as crianças livres nascidas na paróquia de Antonio Dias ⁽⁵⁾ - uma das duas paróquias que compunham a área urbana de Vila Rica. Essa situação preocupava as autoridades portuguesas. Os esforços da coroa concentravam-se em convencer a elite a se casar para vinculá-las às cidades de mineração e, conseqüentemente, trazer estabilidade política. Naturalmente, essas e muitas outras medidas, tais como as de proibir os conventos e de evitar que as mulheres seguissem ordens religiosas, relatadas alhures, não tiveram êxito.

Evidências circunstanciais adicionais são fornecidas por registros financeiros pessoais de João Sousa Lisboa. Esses registros sustentam a tese de que domicílios chefiados por mulheres não eram incomuns durante o século XVIII. Sousa Lisboa alugava quinze propriedades na área urbana de Vila Rica das quais dispomos informações detalhadas de dez. Havia 132 locatários e, dentre esses, 58 eram mulheres - trinta e duas delas com raça identificada: todas mulatas ou negras. Enquanto os setenta e quatro dos homens mantiveram-se como locatários em média por 1,3 anos, as mulheres permaneceram somente nove meses ⁽⁶⁾. Supõe-se que as mulheres ou eram mais pobres ou mais instáveis ⁽⁷⁾. Porém, isto também implica que uma proporção substancial de chefes de domicílios era constituída de mulheres.

Se a evidência sobre a presença de mulheres solteiras chefiando domicílios durante o século XVIII é acidental, sua ocorrência durante o século XIX é facilmente demonstrada. Em Vila Rica, no ano de 1804, as mulheres compunham 55,3% do total da população livre e, dessas, somente 15,1% eram ou haviam sido casadas ⁽⁸⁾. Das mulheres adultas, 23,4% tiveram experiência matrimonial. Portanto, em 1804, três quartos da população livre de mulheres adultas eram solteiras. Dessas mulheres, 764 chefiavam seus próprios domicílios, ou seja, 45% de todos os domicílios. Em 1838, quando o censo da paróquia de Ouro Preto foi feito, as mulheres representavam 57,1% da população livre, das quais somente 26,8% já tinham sido casadas; 35,4% das mulheres

(5) Vide COSTA (1979, p. 222-227). Costa não fornece dados referentes à estado civil, mas pode-se facilmente presumir que 90% de nascimentos de escravos eram ilegítimos.

(6) Lançamento das moradas de casa q. tenho nesta V. a. Cód. 2050 (DF), *passim*.

(7) Curiosamente, a proporção de locatárias que deixava de pagar o total da dívida do aluguel não era idêntica à dos homens. De fato, os homens eram duas vezes mais prováveis de ficarem totalmente inadimplentes.

(8) O censo de 1804 foi publicado por MATHIAS (1969).

adultas acima da idade legal para o casamento (12 anos). Assim, em 1838, dois terços dessas mulheres não eram casadas e, dentre essas, 293 eram chefes de domicílio - 40,3% de todos os domicílios (veja a Tabela 1).

TABELA 1
EXPERIÊNCIA MATRIMONIAL DA POPULAÇÃO
DE MULHERES LIVRES
VILA RICA: 1804 e 1838

	Vila Rica: 1804				Ouro Preto: 1838			
	S	C	V	%	S	C	V	%
0-9	667	0	0	0,0	773	0	0	0,0
10-14	291	2	0	0,0	373	3	0	0,0
15-19	258	22	1	8,2	309	26	1	8,0
20-29	482	133	5	22,2	543	145	1	21,2
30-39	332	130	13	30,1	365	185	17	35,6
40-49	244	102	28	34,8	197	134	25	44,7
50-59	191	48	28	28,5	173	81	32	39,5
60+	251	30	52	24,6	175	77	41	40,3

Nota: S = solteira; C = casada; V = viúva; % = % de mulheres alguma vez casada.

A Tabela 1, apresentada pelos censos de 1804 e 1838, é consistente em vários aspectos. A grande maioria das mulheres adultas livres não era casada. Isto é verdade mesmo durante os primeiros anos de vida adulta - dos vinte aos quarenta - quando menos da metade das mulheres eram ou haviam sido casadas. As mulheres solteiras livres, dessa forma, constituíam uma parcela importante da sociedade de Vila Rica. Isto é evidente sob todos os ângulos, não apenas pela grande porcentagem de domicílios que elas chefiavam.

Essas mulheres, que chefiavam seus próprios domicílios, geralmente não se diferenciavam de modo significativo da população geral, no que diz respeito ao aspecto racial. A Tabela 2 compara a identidade social das chefes de domicílio com a população geral de mulheres livres. Em ambos os censos, a raça das chefes de domicílio espelhava, surpreendentemente, a configuração demográfica geral da população de mulheres livres. Essa similaridade é particularmente verdadeira em 1838, quando o censo fornece identificações raciais quase completas (Veja a Tabela 2).

TABELA 2
COMPOSIÇÃO RACIAL DA POPULAÇÃO DE MULHERES LIVRES

	Brancas	Mulatas	Crioulas	Africanas	Desconhecidas
Vila Rica: 1804					
Todas as Mulheres Livres	106	487	497	216	2062
	8,1%	37,3%	38,1%	16,5%	
Chefes de Família	58	210	183	99	215
	10,5%	38,2%	33,3%	18,0%	
Ouro Preto: 1838					
Todas as Mulheres Livres	488	849	203	66	2
	30,3%	52,9%	12,6%	4,1%	
Chefes de Família	88	153	37	15	0
	30,0%	52,2%	12,6%	5,2%	

Nota: Desconhecidas não estão incluídas nos cálculos das porcentagens. Em 1804, devido ao grande número de ocorrência de mulheres cuja raça é desconhecida, nenhuma implicação deveria ser inferida dessas mudanças aparentes nas proporções raciais.

O único indicador de que as mulheres solteiras eram de uma condição social mais baixa que suas correspondentes casadas deve ser encontrado no fato de que mais mulheres casadas tinham títulos de nobreza, ao contrário de suas irmãs solteiras. As mulheres com títulos representavam 3,1% das mães solteiras e 8,0% das mães casadas. Entretanto, outros processos poderiam estar em andamento. Para algumas mães solteiras de elite, pelo menos, a ilegitimidade de seus filhos era somente temporária. Mais tarde, elas se casavam com o pai natural, o que modificava a condição da criança. Isto é claro, por exemplo, no caso de Gregório Pereira Soares de Albergaria, um graduado da Universidade de Coimbra. A resolução de sua petição envolvia um novo registro de batismo, solicitando a alteração de sua condição de *exposto* para filho legítimo de José da Silva Freire e Quitéria de Santo Antonio. Notavelmente, o processo durou 35 anos após o nascimento de Soares de Albergaria. Ele havia sido abandonado "*por necessidade que occorreu nessa ocasião*" ⁽⁹⁾.

Alterações retroativas na identidade de uma criança, de ilegítima para legítima, ocorreram para os que não pertenciam à elite ⁽¹⁰⁾. Parece bem provável,

(9) Registro datado de 26 de agosto de 1776, Livro de Batismos, nº 4 (APAD), fol. 82.

(10) Veja, por exemplo, o caso de Francisco, filho 'natural' de Manuel Furtado da Silveira e Clara Rodrigues da Guerra, parda forra, batizado em março de 1758. A condição da criança mudou em fevereiro de 1776 devido ao subsequente casamento dos pais de Francisco. Registro de Francisco, 10 de março de 1758, Livro de Batismos, nº 4 (APAD), fol. 72.

dada a categoria-base de casamento, que ocorreram mais freqüentemente para aqueles que tinham uma condição melhor do que para os de classe social mais baixa.

Em Vila Rica, havia uma diferença substancial na idade das mulheres solteiras e casadas quando do nascimento de seu primeiro filho criado por elas (Veja a Tabela 3). Inesperadamente, em 1804, a idade média das mães casadas, 22,3 (mediana = 22), estava significativamente abaixo das que nunca tiveram experiência matrimonial, 25,6 (mediana = 23). A idade média encontrada ao se usar este método localiza-se um pouco abaixo daquela encontrada ao se empregar as técnicas de reconstituição de família para o período 1793-1803 (22,3 para 23,5).

TABELA 3
IDADE MÉDIA DAS MÃES NO NASCIMENTO DO PRIMEIRO
FILHO RESIDENTE NO DOMICÍLIO

Comunidade	Mães Casadas			Mães Solteiras			Diferença
	Nº	Média	Mediana	Nº	Média	Mediana	
Vila Rica	383	22,3	22,0	405	25,6	23,0	-3,3
Ouro Preto	252	23,2	22,0	118	23,0	22,0	+0,2

Nota: Diferença = Idade das mães casadas menos a idade das mães solteiras. Inclui somente mães que poderiam ter 10 anos, pelo menos, quando do nascimento de seu primeiro filho criado pelas mesmas, com o objetivo de minimizar o impacto de casos em que a mãe natural não é a biológica, mas a madrastra.

Para reduzir ainda mais a possibilidade de distorção, também foi feita uma análise somente das mães entre as idades de 20 e 40 anos (Veja a Tabela 4). Era esperado que se apreendesse mais crianças residentes. O uso da coorte de 20-40 anos também converteu o grupo de 449 mulheres em 210 solteiras e 239 alguma vez casada. Este procedimento altera o intervalo de idade e demonstra que as mulheres solteiras e casadas tinham seus filhos aproximadamente com a mesma idade. As casadas tinham seu primeiro filho, em média, com 20,7 anos (mediana = 20) contra 20,6 (mediana = 20) para as solteiras. Em 1838, as mulheres casadas tinham seu primeiro filho sete meses mais cedo que as solteiras.

TABELA 4
IDADE MÉDIA DE MÃES NO NASCIMENTO DE SEU PRIMEIRO
FILHO RESIDENTE NO DOMICÍLIO
 (Mães de 20 - 40 anos de Idade)

Comunidade	Mães Casadas			Mães Solteiras			Diferença
	Nº	Média	Mediana	Nº	Média	Mediana	
Vila Rica	239	20,7	20,0	210	20,6	20,0	+0,1
Ouro Preto	157	19,9	19,0	66	20,5	19,0	-0,6

Nota: Diferença = Idade das mães casadas menos a idade das mães solteiras. Inclui somente mães que poderiam ter 10 anos, pelo menos, quando do nascimento de seu primeiro filho criado pelas mesmas.

Este cenário é diferente para mães solteiras. Dadas as taxas correntes de ilegitimidade e patriarcalismo, supôs-se que essas teriam tido filhos mais cedo que as mulheres casadas. Porém, tinham seu primeiro filho criado por elas próprias aproximadamente com a mesma ou até com mais idade que as irmãs casadas. Até esse ponto, não é possível resolver este enigma. Existe a possibilidade de as mães solteiras terem se casado posteriormente, ou que as taxas de mortalidade infantil fossem mais altas para estas, ou que elas praticassem aborto, infanticídio ou abandonassem suas crianças. Porém, é igualmente possível que houvesse uma disciplina sexual maior do que se presumia anteriormente.

Talvez as mulheres casadas tivessem um número médio de filhos mais alto que as solteiras, 3,2 contra 2,2. Indubitavelmente, isto se relaciona a condições de vida melhores para a família casada, uma situação que pode ser avaliada pelo número de escravos que possuíam as chefes de domicílios com experiência matrimonial (2,8), comparativamente àqueles chefiados por uma mulher solteira (0,8).

Quando se observou um período de tempo mais longo, esse diferencial no número de crianças era constante. As Tabelas 5 e 6 demonstram este fato ao longo do século XVIII. A despeito do período de tempo escolhido, com a exceção do período 1794-1803, as mulheres casadas tinham, na média, pelo menos um filho a mais que as solteiras. Parece significativo que o número de crianças nascidas, tanto de mulheres com experiência matrimonial quanto de solteiras, aumentou em função da estabilidade dos períodos econômicos e diminuiu à

medida que a economia começou a declinar, resultando em uma defasagem de uma década.

TABELA 5
NÚMERO MÉDIO DE FILHOS: MÃES SOLTEIRAS

	Todas as Mães Solteiras		Mães com mais de um Filho	
	Nº Médio	N	Nº Médio	N
Primeira Fase	1,1	24	2,5	2
Segunda Fase	1,4	339	3,1	67
Terceira Fase	1,7	1042	3,1	334
1754-1763	2,0	176	3,6	66
1764-1773	2,0	202	3,6	76
1774-1783	1,7	234	2,8	87
1784-1793	1,4	248	2,8	62
1794-1804	1,4	185	2,4	51

Nota: Baseado na data de nascimento do primeiro filho.

TABELA 6
NÚMERO MÉDIO DE FILHOS: TODAS AS MULHERES CASADAS LIVRES

	Média Total de Filhos		Mais de um Filho	
	Nº Médio	N	Nº Médio	N
Primeira Fase	1,8	43	4,6	14
Segunda Fase	3,3	241	5,2	123
Terceira Fase	2,9	716	4,3	411
1754-1763	3,1	145	4,8	81
1764-1773	3,7	148	5,3	94
1774-1783	2,8	146	4,2	84
1784-1793	2,7	128	3,9	74
1794-1803	1,9	149	2,8	78

Nota: Média selecionada exclui mães que não têm filhos.

Infelizmente, as técnicas de reconstituição da família não fornecem as informações adequadas sobre a idade de mães solteiras quando do primeiro parto. Por outro lado, fornecem informações muito boas sobre as

casadas. Demonstra que os casados limitavam o número de filhos através da protelação do casamento e da postergação do nascimento de seu primeiro filho.

TABELA 7
DADOS SOCIAIS POR PERÍODO DE TEMPO

	Idade de Casamento	Idade do 1º Nascimento	Intervalo de Nascimento
Primeira Fase	-		2,28 (n=3)
Segunda Fase	17,19 (n=8)	18,06 (n=6)	3,26 (n=102)
Terceira Fase	22,19 (n=160)	23,32 (n=112)	1,90 (n=385)
1754-1763	17,62 (n=19)	20,47 (n=15)	2,71 (n=98)
1764-1773	22,06 (n=38)	22,17 (n=27)	2,43 (n=105)
1774-1783	22,93 (n=29)	24,65 (n=24)	2,78 (n=67)
1784-1793	23,40 (n=43)	24,62 (n=30)	2,06 (n=65)
1794-1803	22,37 (n=31)	23,49 (n=16)	1,66 (n=50)

Provavelmente as mulheres solteiras reagiam de maneira idêntica a condições econômicas similares, isto é, tendo seu primeiro filho em uma data mais tardia. Obviamente, não há evidência para essa conclusão até o momento.

Um exame mais cuidadoso do censo de 1838 da paróquia de Ouro Preto revela algumas diferenças significativas entre os domicílios chefiados por mulheres e homens e, também, entre os domicílios chefiados por solteiras e casadas. As chefes de família solteiras são consideravelmente mais velhas (quase dez anos) que suas irmãs casadas. Apesar disso, chefiavam domicílios consideravelmente menores que aqueles chefiados por casais. Certamente, isto não é inesperado. Era esperado que elas tivessem menos agregados e escravos no domicílio, mas é surpreendente que o número de crianças em casa fosse significativamente menor. Isto é verdade mesmo se controlarmos a idade. Deve-se notar, também, que a composição racial desses dois grupos era bastante similar (veja a Tabela 8).

TABELA 8
COMPOSIÇÃO RACIAL DAS CHEFES DE DOMICÍLIOS
OURO PRETO: 1838

	Solteiras		Casadas	
	Nº	%	Nº	%
Branças	60	29,7	85	31,7
Mulatas	103	53,0	155	58,6
Crioulas	26	12,9	20	7,5
Africanas	9	4,5	6	2,3

Apesar de o tamanho dos domicílios das mulheres solteiras ser menor, abrigavam um número consideravelmente maior de agregados que os domicílios de casais (veja a Tabela 9). Isto poderia refletir a presença de esposos vinculados, mediante uniões consensuais, embora tal possibilidade seja remota, pois isto exigiria que o recenseador identificasse a mulher como chefe ao invés do homem. Além do mais, muitos desses dependentes eram do sexo feminino. Provavelmente tal fato é o reconhecimento da necessidade de se ter um trabalhador adulto na casa, alguém que pudesse contribuir para o bem-estar da família

TABELA 9
COMPOSIÇÃO DOS DOMICÍLIOS DE MULHERES
SOLTEIRAS/CASADAS

	Solteiras				Casadas			
	C	A	E	T	C	A	E	T
Branças	0,8	1,4	1,1	4,7	2,8	1,2	4,0	10,0
Mulatas	1,0	1,1	0,6	3,5	2,3	0,7	0,8	5,8
Crioulas	0,6	1,2	0,0	2,8	1,6	0,1	0,1	3,8
Africanas	0,6	0,6	0,0	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0

Nota: C = crianças; A = agregados; E = escravos; T = total

Essa realidade é também evidente quando comparamos todos os domicílios chefiados por mulheres com aqueles chefiados por homens (Veja a Tabela 10). Enquanto os primeiros tinham menos crianças e escravos que os últimos, ambos possuíam quase o mesmo número de dependentes. Pode ser que a presença desses agregados, homens ou mulheres, fosse essencial para a sobrevivência dessas unidades.

TABELA 10
COMPOSIÇÃO DOS DOMICÍLIOS CHEFIADOS
POR HOMENS E MULHERES

	Mulheres				Homens			
	C	A	E	T	C	A	E	T
Branços	0,9	1,4	1,6	4,9	1,5	1,6	2,8	7,9
Mulatos	1,2	1,2	0,4	3,7	1,7	0,8	0,7	4,9
Crioulos	0,9	1,0	0,0	2,9	1,3	0,7	0,1	3,6
Africanos	0,5	0,5	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0	2,0

Nota: C = crianças; A = agregados; E = escravos; T = total

Os homens tinham maior propensão a chefiar domicílios sem filhos, esposas identificáveis ou parentes. Tais domicílios compreendiam 19,9% de todas as unidades chefiadas por homens, e somente 15,4% daquelas chefiadas por mulheres. Ambas as unidades possuíam a mesma média de agregados (1,4), mas nas chefiadas por mulheres havia menos escravos (0,6, em média), comparativamente às unidades chefiadas por homens (1,1). É interessante observar que os agregados encontravam-se nos domicílios de mulheres não obstante a raça destas, ao passo que entre as unidades chefiadas por homens esses se concentravam nos domicílios de brancos.

A presença de números significativos de domicílios chefiados por mulheres em áreas mais antigas, economicamente estáveis ou decadentes, pode refletir as dificuldades apresentadas por tal contexto. A escassez de escravos nesses domicílios, aliada à ausência do marido, certamente deve ter restringido o poder de geração de renda da unidade familiar. A significância dessas unidades na população provavelmente reflete o aparecimento de um grupo marginalizado, incapaz de gerar fundos necessários que o permita viver confortavelmente. Fruto do declínio econômico, essas unidades e, sem dúvida, as chefiadas por homens na mesma situação, reforçaram o processo espiral decrescente.

Um outro modo de observar a situação das mulheres é examinar a natureza de seus domicílios. Para este exame, utilizaram-se três comunidades - Ouro Preto, Ouro Branco e Ribeirão. A primeira era uma paróquia urbana e as duas últimas, rurais. Quando os domicílios de mães solteiras e casadas são comparados, as diferenças que surgem são surpreendentes. Os domicílios

chefiados por mães solteiras eram compostos preponderantemente por mulheres, enquanto os chefiados por casadas eram compostos por mais homens que a população como um todo.

Isto é bem evidente nas duas paróquias rurais. Enquanto, em Ouro Branco, nos domicílios de casais predominavam crianças do sexo masculino (51,4%), as do sexo feminino concentravam-se nos domicílios de mães solteiras (53,2%). No caso de Ribeirão, a diferença era mais significativa: 59% das crianças residentes nos domicílios de mulheres eram do sexo feminino, em contraposição a 52% naqueles de casais. Entretanto, na área urbana de Ouro Preto havia, na verdade, proporcionalmente mais crianças do sexo feminino nos lares de casais do que nos de mães solteiras.

As crianças criadas nos domicílios de mães solteiras permaneciam na casa mais tempo do que aquelas das residências de casais (Veja a Tabela 11). Presumo que isto refletisse a necessidade de assegurar que jovens adultos, economicamente produtivos, permanecessem, o maior tempo possível, como membros contribuintes da família. Também poderia estar refletindo a dificuldade de se assegurar um cônjuge em uma sociedade que exigia dote, como também a realidade de que sua pobreza os impedia de gerar os recursos necessários para manterem seus próprios domicílios. Nas três comunidades, as crianças residentes nas casas de mães solteiras eram, na média, de 3,5 a 5,3 anos mais velhas que as residentes com mulheres casadas.

TABELA 11
IDADE MÉDIA DE CRIANÇAS RESIDENTES
NOS DOMICÍLIOS

	Ouro Branco	Ouro Preto	Ribeirão
Mães Solteiras	14,6	15,1	14,8
Casais	11,1	9,8	10,5
Todas as Crianças	13,6	12,3	12,7

Se o sexo dos filhos estava, até certo ponto, fora do controle dos pais, aquele dos agregados não estava. Nessas três comunidades, os agregados eram predominantemente do sexo feminino. Em Ribeirão, 65% dos agregados de

domicílios de solteiras eram mulheres, em contraposição a um terço para aqueles que moravam nas residências de casais. Este é basicamente o cenário em Ouro Branco, onde a maioria daqueles que residiam com os casais era do sexo feminino (55,7%), sendo ainda maior a porcentagem dos que viviam nas residências de mães solteiras (69,6%). A situação na cidade era bastante similar àquela encontrada em Ouro Branco. Certamente os agregados do sexo feminino predominavam, em sua maioria, nas casas de mães solteiras (71,5%), mas também constituíam uma maioria significativa de todas as categorias de domicílios, inclusive naqueles chefiados por casais (61,5%).

O que emerge desses resultados é um padrão de domicílios chefiados por mulheres que continha grande número de outras mulheres livres. É significativo o fato de que esta reação social é comum a ambos ambientes, urbano e rural, e a economias em diferentes estágios. Isto sugere que, ao contrário de uma reação às mudanças de condições econômicas, essa tendência das mulheres livres era uma característica da sociedade.

O quadro no que diz respeito aos escravos é diferente em termos de equilíbrio de sexo. Em Ribeirão, aproximadamente 40% de todos os escravos, mantidos em domicílios chefiados por mulheres e por casais, eram do sexo feminino, refletindo de perto a proporção de sexo dos escravos em geral (38,4%). Em Ouro Preto, a composição dos escravos de domicílios chefiados por mães solteiras também se aproxima do padrão geral da comunidade, isto é, a leve predominância de homens. Porém, no caso de Ouro Branco, os escravos de mães solteiras eram predominantemente do sexo feminino (64,7%), enquanto os do sexo masculino predominavam nos domicílios de casais (63,7%).

Enquanto nenhum padrão explícito se manifesta em relação ao equilíbrio do sexo dos escravos nos dois tipos de domicílios, surge um no referente à composição daquela comunidade escrava. Tipicamente, havia uma tendência em se encontrar uma porcentagem mais alta de escravos africanos em domicílios de casais do que naqueles de mães solteiras. Cerca de dois terços dos escravos dos domicílios de mulheres eram crioulos e apenas 26,1% eram africanos; estes últimos, no entanto, representavam 44,2% dos escravos das residências de casais. Em Ouro Branco, 11,8% dos escravos em domicílios de mães solteiras eram africanos, enquanto nas residências de casais o percentual de africanos era 48%. Para Ouro Preto, estes percentuais eram 44,6% e 54,5%, respectivamente. Creio que estes resultados medem a capacidade das unidades casadas em gerar os recursos econômicos para a compra de novos escravos. As unidades chefiadas por mulheres careciam de recursos para comprar novos

escravos; o provimento da força de trabalho ocorria por meios naturais. Em Ribeirão, por exemplo, 112 de um total de 237 escravos (47,3%) de tais domicílios concentravam-se em unidades familiares identificáveis de escravos; por sua vez, esta possibilidade ocorria em "somente" 23,4% dos escravos possuídos pelas unidades de casados. Talvez, refletindo, também, a desvantagem econômica dos domicílios chefiados por mulheres, comparativamente aos domicílios de casais, a idade média dos escravos dos primeiros era 28 anos, enquanto nos últimos domicílios era de 23,4 anos. Em Ouro Preto, as idades médias eram as seguintes: 31,1 anos para escravos em domicílios de mães solteiras e 24,5 anos para aqueles em domicílios de casais. Todavia, em Ouro Branco, os escravos em unidades chefiadas por casais eram 1,9 anos mais velhos que seus correspondentes em unidades de mães solteiras⁽¹¹⁾

Tem-se a impressão de que os domicílios chefiados por mães solteiras e, freqüentemente, por mulheres em geral, caracterizavam-se por apresentar uma composição desproporcionalmente feminina. Isto não é surpreendente em uma comunidade como Ouro Preto onde a maioria da população era do sexo feminino. Mas, mesmo aqui, a porcentagem das moradoras de domicílios de mães solteiras era significativamente maior que a média da comunidade (69,2% contra 54,7%). No caso de Ouro Branco, os números correspondentes eram 67,8% contra 48,9% e, em Ribeirão, 69% *versus* 47,8%.

Em consequência, esse padrão mostra-se mais evidente entre os agregados. A despeito da comunidade, esse grupo é predominantemente do sexo feminino. Suspeito que isto resulte de uma combinação de circunstâncias. Primeiro, pelas baixas taxas de casamento para a população adulta livre. Segundo, devido à interação entre as realidades econômicas cujas oportunidades eram limitadas para as mulheres solteiras e cujas normas culturais impediam-nas de tirar pleno proveito das oportunidades existentes. Isto significava que o grande grupo de mulheres disponíveis era forçado a depender das condições dos domicílios de familiares ou de amigos. Em termos econômicos, esses domicílios não eram muito competitivos.

Um ponto crucial é o grau em que Vila Rica representava uma situação típica em Minas Gerais - uma capitania/província, passando por mudanças significativas no início do século XIX, uma vez que a produção agrícola expandia principalmente na área meridional. Para medir essa relação, nove outras comu-

(11) Isto parece ser o resultado de distorções causadas pelo número relativamente pequeno de escravos que realmente moravam nas casas de mães solteiras. Quando as medianas são usadas, os escravos nos domicílios de mães solteiras são um pouco mais velhos: 26,0 contra 24,0.

nidades foram examinadas - selecionadas entre uma variedade de regiões da província e de situações econômicas. Tem-se a impressão que a condição urbana de Ouro Preto não é a razão da presença de tantos domicílios chefiados por mulheres. Em cinco dessas comunidades, esses domicílios representavam mais de 30% de todas as unidades (Veja a Tabela 12). Em cada uma dessas comunidades as mulheres constituíam a maioria da população livre, com Ouro Preto tendo a maior porcentagem, 57,1%. De fato, somente em duas comunidades predominava o sexo masculino.

TABELA 12
INDICADORES SOCIAIS PARA COMUNIDADES SELECIONADAS

	% de Mulheres	% de Domicílios de Mulheres	% de Escravos Africanos	Escravos: Proporção L ibertos	Número Total
Baco	53,9	23,5	60,0	16:100	577
Barroso	52,6	32,3	52,6	66:100	616
Cachoeira	50,9	35,1	41,9	27:100	1.160
Capela Nova	43,5	7,7	63,1	153:100	1.180
Matozinhos	52,9	29,4	33,4	69:100	2.668
Ouro Branco	53,4	36,9	39,0	40:100	1.208
Ouro Preto	57,1	40,4	52,8	31:100	3.690
Ribeirão	53,6	29,4	38,0	61:100	2.824
Ribeirão Alb. Dias	49,4	17,2	43,1	65:100	1.014
Santa Rita	50,5	40,4	44,2	48:100	408
Vila Rica	55,2	44,9	42,0	49:100	8.849

É interessante observar que as únicas comunidades - Capela Nova e Ribeirão de Alberto Dias - onde as mulheres eram minoria da população livre, também apresentavam a porcentagem mais baixa de domicílios chefiados por mulheres. Isto reflete, sem dúvida, a relação óbvia entre a grande disponibilidade do grupo de mulheres e os domicílios chefiados pelas mesmas. Isto é particularmente verdadeiro em Capela Nova, uma zona agrícola em rápido desenvolvimento, onde os homens dominavam em termos demográficos e os domicílios chefiados por mulheres compreendiam apenas 8% do total.

Da mesma forma, o fato de as mulheres solteiras em Vila Rica terem tido seus filhos com aproximadamente a mesma idade que as casadas também se manifesta como um padrão geral nas comunidades mineiras examinadas. Isto é válido quando todas as mães são comparadas ou somente para aquelas situadas na faixa de 20 a 40 anos de idade (Veja as Tabelas 13 e 14).

TABELA 13
IDADE MÉDIA DAS MÃES NO NASCIMENTO DO PRIMEIRO
FILHO RESIDENTE NO DOMICÍLIO

Comunidade	Mães Casadas			Mães Solteiras			Média	Mediana
	Nº	Média	Mediana	Nº	Média	Mediana	Dif.	Dif.
Baco	66	24,3	23,5	15	23,5	24,0	+0,8	-0,5
Barroso	39	23,8	22,0	20	24,0	23,0	-0,2	-1,0
Cachoeira	124	23,2	22,0	36	24,6	22,0	-1,4	0,0
Capela Nova	64	22,1	20,5	5	24,4	23,0	-2,3	-2,5
Matozinhos	201	24,1	22,0	42	25,9	25,5	-1,8	-3,5
Ouro Branco	84	22,3	23,0	49	22,3	21,0	0,0	+2,0
Ouro Preto	252	23,2	22,0	118	23,0	22,0	+0,2	0,0
Ribeirão	207	23,9	22,0	55	23,5	23,0	+0,4	-1,0
Ribeirão Alb. Dias	80	22,3	20,0	9	25,8	28,0	+3,5	-8,0
Santa Rita	29	23,3	23,0	16	22,4	20,5	+0,9	+2,5
Vila Rica	383	22,3	22,0	405	25,6	23,0	-3,3	-1,0

Nota: Diferença = Idade das mães casadas menos a idade das mães solteiras. Inclui somente mães que poderiam ter 10 anos, pelo menos, quando do nascimento de seu primeiro filho criado pelas mesmas, com o objetivo de minimizar o impacto de casos em que a mãe natural não é a biológica, mas a madrasta.

TABELA 14
IDADE MÉDIA DAS MÃES NO NASCIMENTO DO PRIMEIRO
FILHO RESIDENTE NO DOMICÍLIO
(Mães Entre 20 e 40 Anos De Idade)

Comunidade	Mães Casadas			Mães Solteiras			Média	Mediana
	Nº	Média	Mediana	Nº	Média	Mediana	Dif.	Dif.
Baco	34	20,9	20,0	8	24,2	26,0	-3,3	-6,0
Barroso	27	21,7	22,0	11	21,4	19,0	+0,3	+3,0
Cachoeira	74	20,5	20,5	16	20,8	20,0	-0,3	+0,5
Capela Nova	48	20,4	20,0	2	20,0	20,0	+0,4	0,0
Matozinhos	111	20,9	20,0	29	19,4	19,0	+0,2	+0,9
Ouro Branco	51	19,6	19,0	29	19,4	19,0	+0,2	0,0
Ouro Preto	157	19,9	19,0	66	20,5	19,0	-0,6	0,0
Ribeirão	122	20,8	20,0	33	22,2	21,0	-0,2	-1,0
Ribeirão Alb. Dias	61	20,6	20,0	4	22,5	21,5	-1,9	-1,5
Santa Rita	20	20,4	20,0	13	20,2	21,0	+0,2	-1,0
Vila Rica	239	20,7	20,0	210	20,6	20,0	+0,1	0,0

Nota: Diferença = Idade das mães casadas menos a idade das mães solteiras. Inclui somente mães que poderiam ter 10 anos, pelo menos, quando do nascimento de seu primeiro filho criado pelas mesmas, com o objetivo de minimizar o impacto de casos em que a mãe natural não é a biológica, mas a madrasta.

Novamente, o fator explicativo não pode ser a natureza urbana de Vila Rica. É necessário fundamentar-se na cultura da sociedade mineira. Contudo, sérias questões podem ser levantadas acerca do contexto tradicional da exploração sexual precoce das mulheres ou sobre a ocorrência de abandono ou infanticídio. Parece que o abandono era, pelo menos, uma parte da explicação (Veja a Tabela 15). O problema de crianças abandonadas, **enjeitadas ou expostas**, era importante e deveria ser visto como uma consequência da maternidade de mulheres solteiras durante o declínio econômico do século XVIII. Enquanto algumas das crianças abandonadas eram legitimadas mais tarde, particularmente entre aquelas de elite, a grande maioria não o era.

As crianças abandonadas procediam de todas as classes sociais. Havia acusações de que as concubinas de padres davam a luz fora de suas paróquias para que abandonassem as crianças ⁽¹²⁾ No momento em que o Conselho da Cidade procurava obter ajuda financeira dos cofres reais, observou-se que as mães infratoras eram "*asim brancos como mulatos e negros ...*"⁽¹³⁾. Porém, mais comumente identificavam-nas como "*algumas molheres pardas e pretas solteiras ...*"⁽¹⁴⁾. O indicativo da posição social das crianças era a insistência da igreja em incluir os registros de batismo de crianças abandonadas juntamente com os de libertos⁽¹⁵⁾. Claramente, todas ou quase todas as crianças abandonadas eram ilegítimas.

Em geral as crianças eram deixadas nos degraus das igrejas, embora não fosse incomum serem deixadas nas casas dos moradores da cidade. Algumas vezes, anexavam bilhetes. Um desses bilhetes sugere a comoção de tais atos: "*Peço-lhe criar esta criança, pelo amor a Deus, que lhe pagará algum dia. A criança já foi batizada e se chama Efigênia*"⁽¹⁶⁾. O mais comum era as crianças serem abandonadas sem qualquer comunicado. Aparentemente, em muitos casos, a criança abandonada era dada a um amigo ou parente para criá-la. Foi este o caso, por exemplo, quando Ana Maria requereu junto ao Conselho da Cidade permissão para criar Antonia, que havia sido secretamente confiada a ela pela mãe da criança, sua amiga e madrinha ⁽¹⁷⁾.

(12) Sentença em favor do Padre Antonio Vieira de Matos, 15 de abril de 1750, Códice nº 10 (Arquivo da Cúria de Mariana), fol. 21.

(13) Inspeção do Conselho, 31 de dezembro de 1758, Cód. 22 (CMOP), fol. 139.

(14) Inspeção do Conselho, 24 de outubro de 1761, Cód. 22 (CMOP), fol. 142v.

(15) Registro de Ambrozio, 14 de dezembro de 1754, Livro de Baptismos, nº 4 (APAD), fol. 113v. Uma observação na margem revela que "*este registro foi feito aqui por engano e vai para o livro de libertos*".

(16) Registro de Batismo, 29 de novembro de 1785, Registro de Baptismos, Cód. 5 (APAD), fol. 105.

(17) Petição de Ana Maria, 1º de julho de 1780, Cód. 111 (CMOP), fol. 125.

Em 1802, o Conselho de Vila Rica estava subsidiando o sustento de 79 crianças⁽¹⁸⁾. O fato de 54% serem do sexo feminino sugere que ou a taxa de mortalidade das crianças do sexo masculino era maior ou estas eram consideradas mais valiosas economicamente que as do sexo feminino e a responsabilidade pela sua educação tinha sido assumida pelos pais naturais⁽¹⁹⁾

TABELA 15
MORTALIDADE DE CRIANÇAS ABANDONADAS

Ano	Nº de Crianças Abandonadas	% de Mortes Registradas Dentro de Dois Anos
1750	4	0
1751	8	0
1755		
1756		
1760	7	14
1761	3	0
1765	9	0
1766	7	0
1775	13	31
1776	7	0
1780	16	19
1781	18	28
1785	11	45
1786	17	29
1790	19	21
1791	20	30
1795	19	21
1796	20	20
1800	25	8
1801	26	4

Fonte: 1750-1766, Registro de Enjeitados, Cód. 61 (CMOP); 1775-1801, Registro de Enjeitados, Cód. 88 (CMOP).

Comparando o número de crianças que moravam nas casas de mães solteiras *versus* casadas, obtém-se o mesmo padrão. Tal como em Vila Rica, as mulheres casadas, ao contrário das mães solteiras, tinham um número maior de

(18) Lista de Enjeitados que se Representao a Camara p. a Serem Contemplados no pagamento do presente anno 1802. Planilha 10613, APM.

(19) Alusões ao último são encontradas ocasionalmente na paróquia e nos registros civis. Por exemplo, Simplicia foi abandonada em 30 de junho de 1781, apenas para ser roubada dois meses depois (Cód. 88 (CMOP), fol. 142). Parece provável que acontecimentos como esse representavam a ação do(s) pai(s) natural (is).

crianças residentes, em todas as comunidades examinadas. Isto reflete ou uma taxa mais baixa de fertilidade ou uma taxa mais alta de mortalidade. A esta altura, é impossível determinar os mecanismos envolvidos, muito embora tenda a inclinar-me por uma interpretação que enfatiza uma combinação de fertilidade mais baixa, resultante de menores perspectivas e conseqüente instabilidade econômica, aumento da mortalidade infantil e do abandono de crianças.

Comparando o tamanho dos domicílios dos dois grupos, constata-se: os domicílios chefiados por mulheres solteiras eram significativamente menores que aqueles chefiados por um casal (Veja a Tabela 16). Isto é válido mesmo se o marido for excluído das tabulações. Tal fato se deve ao porte tipicamente menor de cada unidade quanto aos componentes principais da família: crianças, agregados e escravos. Menor tamanho não se deve unicamente a unidades com menos escravos, mas ao generalizado declínio da condição social e econômica.

TABELA 16
COMPOSIÇÃO DOS DOMICÍLIOS

	Crianças		Agregados		Escravos		Total	
	C	S	C	S	C	S	C	S
Baco	3,0	1,2	0,2	0,1	0,9	0,0	5,8	2,2
Barroso	3,5	2,4	0,2	0,1	2,4	0,3	8,6	3,8
Cachoeira	3,8	3,0	1,1	0,2	3,8	0,2	7,7	4,4
Capela Nova	3,2	3,2	0,4	1,5	9,7	8,0	15,2	14,0
Matozinhos	3,4	2,5	0,5	0,3	1,8	0,02	7,4	3,8
Ouro Branco	3,4	2,1	0,9	0,4	2,5	0,02	8,5	3,6
Ouro Preto	3,3	2,2	1,7	0,5	2,6	0,4	7,3	4,1
Ribeirão	3,4	2,1	0,4	0,5	3,5	0,4	9,1	4,0
Ribeirão Alb. Dias	4,0	2,0	0,1	0,3	3,8	0,3	9,8	3,7
Santa Rita	3,6	2,4	0,8	0,4	2,2	0,2	8,3	4,1
Vila Rica	3,2	2,2	1,9	1,1	2,1	0,8	7,9	4,9

Nota: C = domicílios de casais casados; S = domicílios chefiados por mulheres solteiras.

É conveniente um exame mais minucioso da composição do domicílio de ambos os grupos (Veja a Tabela 17). De modo consistente, as unidades casadas possuíam uma porcentagem mais alta de escravos que as chefiadas por solteiras. Este não é um resultado inesperado. Contudo, no que tange aos agregados, o cenário é diferente. Na cidade, uma porcentagem levemente maior de mulheres solteiras chefiava unidades com agregados comparativamente às mulheres casadas que moravam com seus cônjuges. Todavia, na zona rural, a porcentagem de domicílios chefiados por casais que continha agregados era

significativamente maior do que nas unidades de mulheres solteiras. A porcentagem de domicílios sem crianças era similar em Ouro Branco e Ouro Preto. Entretanto, por razões que não são claras, em Ribeirão metade dos domicílios chefiados por mulheres não abrigava crianças.

TABELA 17
DOMICÍLIOS COM COMPONENTES SELECIONADOS

		Com Crianças (%)	Com Agregados (%)	Com Escravos (%)	Solitários (%)	Nº
Ouro Branco	Solteiras	73,0	59,5	10,8	2,7	10
	Casais	71,1	45,5	36,7	13,3	26
Ouro Preto	Solteiras	65,5	41,4	22,4	9,5	116
	Casais	64,8	44,1	46,2	13,4	87
Ribeirão	Solteiras	50,0	38,9	11,1	18,5	27
	Casais	71,4	19,3	38,7	16,4	68

Nota: (*) Solitários referem-se a indivíduos ou casais que moram completamente sozinhos.

Um outro modo de analisar este resultado é mediante o exame do índice de dependência social (Veja a Tabela 18). Se uma taxa de dependência é calculada com base na identificação daqueles com menos de 12 e com mais de 59 anos como dependentes daqueles com 12 a 59 anos torna-se evidente que, nos domicílios de mulheres solteiras, os adultos produtivos tinham que sustentar um número maior de adultos improdutivos comparativamente às unidades de famílias casadas. Parece que os domicílios chefiados por mulheres carregavam um fardo mais pesado que as unidades chefiadas por casais. Assim, as unidades de casais encontravam-se em uma posição melhor do que as mulheres solteiras para acumularem capital com a finalidade de investir em escravos, casas etc.

TABELA 18
ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA

	População Total			População Livre		
	Mulheres Solteiras	Casais Casados	Todos	Mulheres Solteiras	Casais Casados	Todos
Ouro Preto	0,350	0,297	0,491	0,361	0,301	0,571
Ribeirão	0,601	0,571	0,556	0,616	0,698	0,676

Nota: Índice obtido através da divisão da população com idades entre 1 a 11 e 60 anos ou mais pela população com idades entre 12 e 59 anos.

Para as mulheres solteiras, a cidade oferecia uma oportunidade melhor. Os domicílios chefiados por mulheres solteiras, em Vila Rica e, posteriormente, em Ouro Preto, tendiam a ter um número maior de escravos e agregados do que em muitas das zonas rurais examinadas. Isto poderia refletir maiores disponibilidades de oportunidades econômicas para as mulheres na cidade que na zona rural e maior oportunidade para desenvolver estratégias, tais como a de reunir recursos para atender às exigências econômicas diárias.

A principal diferença entre as mulheres casadas e solteiras era que a maioria destas trabalhava fora de casa, fato que ocorria apenas entre as mulheres casadas mais pobres. Essa necessidade não era totalmente apreciada pelas autoridades portuguesas como se observou através da reação aos esforços do Bispo do Rio de Janeiro, em 1704, que proibia as mulheres de permanecerem na rua à noite. Aparentemente, os esforços do Bispo da Bahia em fazer o mesmo resultaram em agitação. O Conselho Português Ultramarino recomendou que a regra fosse revogada, visto que havia muitas mulheres pobres no Brasil que tinham que satisfazer suas necessidades. O Conselho também percebeu que estar fora de casa, por si só, não constituía um pecado⁽²⁰⁾.

O regulamento, mesmo tendo sido mantido, não era, evidentemente, posto em vigor. As mulheres solteiras e pobres, tinham, em geral, que deixar seu trabalho doméstico para sobreviver. Para as solteiras, a atividade mais lucrativa era, provavelmente, ser proprietária de uma loja de gêneros alimentícios⁽²¹⁾. Em 1804, 18% das chefes de domicílios solteiras que conseguiram uma ocupação foram relacionadas como proprietárias de lojas. O comércio era a segunda maior atividade registrada; a costura, a primeira. Como as mulheres viúvas tinham raras chances de ter uma ocupação, não é possível comparar as ocupações das mulheres solteiras e casadas. Entretanto, é evidente que as chefes de domicílio solteiras tendiam a predominar em algumas ocupações, tais como: venda de mercadorias nas ruas (atividade dominada por mulheres negras solteiras), proprietárias de pequeno estabelecimento agrícola, ganimpagem, lavagem e costura de roupas. Somente as mulheres solteiras eram identificadas com o ró-

(20) Opinião do Conselho Ultramarino, 4 de setembro de 1703, *Documentos Históricos* 93, p. 158-159

(21) Geralmente, as lojas se limitavam à venda de gêneros alimentícios. O inventário de Maria Rita de Moraes, por exemplo, acusada como comerciante de estocar alimentos como: feijão, milho, trigo, farinha e farinha de mandioca. Acusação do Capitão Ignácio de Bento Albq., dezembro de 1796, Cód. 285, 6026. Thomaz cita um decreto, de 1765, que concede às mulheres o monopólio sobre a venda de uma longa lista de alimentos, incluindo queijo, leite, doces, bolos e geléias. (THOMAZ II, p. 79).

tulo muito vago: "pelos seus esforços", de sua agência. Entre as mulheres de Vila Rica, as garimpeiras e as costureiras chefiavam os maiores domicílios.

A questão da manipulação do sexo^(*) é crucial ao tema da condição social da chefe de domicílio solteira. Segundo meu ponto de vista, a condição social tipicamente mais baixa destas sugere que a manipulação sexual era uma forma usual de vida. As referências podem ser encontradas em testamentos e doações que tinham sido feitas para "minha negra", mesmo quando a mulher envolvida era livre desde o nascimento ou tornara-se livre⁽²²⁾. Os registros de João de Sousa Lisboa fornece exemplos de locações que, embora efetuadas para mulheres, eram pagas por homens que não moravam ali⁽²³⁾.

O que é significativo é que o domicílio chefiado por mulheres era comum em uma grande extensão de contextos econômicos, exceto em uma área de expansão econômica. Aquelas mulheres, que se tornaram chefes de domicílio, parecem retratar, socialmente, suas irmãs que casaram, excetuando pelo fato de serem mais velhas. Elas tinham filhos com aproximadamente a mesma idade que suas irmãs casadas, embora em menor número. Seus filhos eram mais velhos a fim de prover com seu trabalho as necessidades do domicílio. Apesar de os domicílios de mães solteiras serem menores que os das suas correspondentes casadas, eram diferentes na composição, sendo em sua esmagadora maioria compostos por outras mulheres. Os membros agregados eram primordialmente do sexo feminino. Entre os membros escravos desses domicílios, a tendência era depender da reprodução natural para atender às necessidades de trabalho - situação refletida pela menor proporção de escravos africanos e pela proporção relativamente maior de escravos identificados como morando em unidades familiares. Não só havia mais mulheres na composição dos domicílios cujos chefes eram do sexo feminino, como também tendiam a sustentar uma proporção maior de moradores dependentes ou improdutivos.

O que emerge da análise efetuada é uma estratégia empregada por mulheres para quem o casamento não foi possível - uma estratégia que propiciasse

(*) Nossa tradução para *exploitation*.

(22) Veja o testamento do Capitão José de Faria Pereira, por exemplo, que se refere a estas crianças bastardas nascidas de 'uma negra minha que é uma liberta...'. Testamento datado de 5 de junho de 1752, Livro de Óbitos, nº 2 (APAD), fol. 292.

(23) Assim, Joana Torres conseguiu sua casa no quarteirão principal, que foi paga pelo Capitão Domingos Moraes, de outubro de 1757 a outubro de 1759. A natureza do relacionamento não é definida. (Cód. 2050 (DF), fol. 1v).

às mesmas a capacidade de lutar contra um mundo dominado pelos homens. Essa estratégia envolvia a postergação do nascimento de filhos ou não tê-los de uma só vez e de constituir domicílios de mulheres em situações semelhantes.

Referências Bibliográficas

- LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Capitania de Minas Gerais*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1943.
- SOUZA, W. A. P. A estrutura sócio-econômica do ciclo do ouro. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 19: 193-222, jul. 1965.
- COSTA; Iraci del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo, IPE-USP, 1979.
- MATHIAS, Herculano Gomes. *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais: Vila Rica - 1804*. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1969.

(Originais recebidos em março de 1990).